



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

**DENUNCIA-PROTOCOLO Nº 058/2020.**

**DENUNCIANTES: JOSE AIRTON PINTO COSTA LEITES, FLAVIA TATSCH DA SILVA, JAIR JACQUES SOARES e ANNA LUCIA SANTOS MOTTA RODRIGUES MACHADO RIBEIRO.**

**DENUNCIADO: SOLIMAR CHAROPEM GONÇALVES**

**DA DENUNCIA:**

Versa a presente DENUNCIA protocolada em data de 09.01.2020, sobre fatos relacionados a conduta do Sr. Prefeito Municipal Solimar Charopem Gonçalves, por ter praticado infração politico-administrativa grave, sujeita a apuração e sanção pela Câmara Municipal de Vereadores de Santana do Livramento/RS, relacionado ao Processo Judicial Federal nº 500166832.2016.4.04.7106/RS, assim descrito. (sic)

*“Constata-se que, através de consulta ao Portal da JFRS, disponível na página do Poder Judiciário Federal, consta a decisão na tramitação do Processo nº 500166832.2016.4.04.7106/RS, onde o município sofre cobrança vultuosa de R\$ 4.454.512,65 (QUATRO MILHOES E QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS E DOZE REAIS COM SESSENTA E CINCO CENTAVOS), com agravante e total inércia processual sem qualquer manifestação regular do processo; ainda que, tenha tido prazos dilatados, em total descaso com a gravidade do caso assumido um verdadeiro prejuízo ao município cometendo falta grave no exercício de seu cargo de Chefe do Executivo Municipal. Ao compulsar os autos do processo supramencionado não resta duvida da veracidade apresentada; logo, ineficaz é, qualquer questionamento que, por ventura, pudesse afastar tal condenação de montante significativo e, mais ainda, por tratar-se de erário público o que, no mínimo, caracteriza maior severidade pela total incapacidade de responsabilidade com que deva agir o gestor público/Prefeito; mas deixando clarividenciando o descaso e, quizá, pretende estar “acima da lei”. Ademais, a prova está mais que robusta; pois o valor cobrado já é decisão transitado em julgado desde 08/03/2019! Estarrecedor! Sequer atendeu a decisão prolatada em sentença sob pena de multa-diária, conforme transcrição: (...)”*





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Ao final pugnam pelo recebimento e processamento da presente denuncia, com base na Constituição Federal e Lei nº 1.079/50, seguindo o rito estabelecido pelo Decreto-Lei nº 201/67, ao final com o pedido da perda de mandato eletivo do Sr. Prefeito Municipal, pela infração politico administrativa, com base no inciso VIII do art.4º do referido Decreto Federal.

### **PARECER E SUA FUNDAMENTAÇÃO:**

Inicialmente, aborda-se questão referente à legitimidade do pedido, o que remete para o Decreto-Lei nº 201/67:

*Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:*

**I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.** *Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante. (grifei)*

Vislumbra-se por cumprido o requisito imposto pelo inciso, preenchendo os requisitos mínimos para sua apresentação, com a juntada de documentos, num total de 26 folhas, eis que os denunciantes comprovam a qualidade de eleitores com a apresentação dos títulos eleitorais pertinentes e o fato se encontra descrito, todavia, não cabe ao signatário do presente manifestar-se acerca do mérito dos fatos, o que deve, indiscutivelmente, ser apreciado exclusivamente pelos eminentes vereadores em momento oportuno.

A denúncia foi protocolada durante o recesso da Casa Legislativa, 09/01/2020, sob o protocolo nº 058/2020, surgindo nesse ponto a problemática da questão.

Neste contexto, em linha de entendimento ao Decreto-lei 201/67, o Vereador, ou mesmo qualquer cidadão, podem formular denúncia contra o Prefeito, sendo certo que o julgamento será de índole eminentemente política, com relativa influência de critérios técnicos e objetivos.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Assim, por exemplo, se em ação penal restar provado que o Prefeito apropriou-se bens ou rendas públicas, ou as desviou em proveito próprio, deverá ser ele inapelavelmente condenado com base na dicção do art. 1º, I do Decreto-Lei nº 201/67.

Evidentemente, todos os agentes públicos, sem qualquer exceção, devem estar imbuídos de seus respectivos múnus, atentos, sempre, ao princípio da legalidade. Conquanto não haja diferenças de monta, no caso dos agentes políticos, quis o legislador conferir um tratamento específico, como leciona **ADILSON ABREU DALLARI**: *“O Administrador é um mero gestor do interesse público e, como tal, não é dono desse interesse. Por isso deve gerir aquele bem no sentido de satisfazer o interesse público e deve estar sujeito a uma fiscalização do interesse público”*. (grifei).

Note-se, nesse sentido, que – contrariamente aos crimes previstos no art. 1º – as infrações elencadas no art. 4º do DL 201 constituem, em regra, delitos de ordem ética, indenidos de perquirição pelo Poder Judiciário, porque sujeitos a julgamento político pelos Parlamentares em uma daquelas chamadas questões *interna corporis*, que mereceram a seguinte definição de **HELY LOPES MEIRELLES**: *“Interna corporis são somente aquelas questões ou assuntos que entendem direta e exclusivamente com a economia interna da corporação legislativa, com suas prerrogativas constitucionais, ou com a faculdade de valorar a matéria de sua privativa competência. Tais são os atos de composição da Mesa, de apreciação da conduta de seus membros e de julgamento das infrações político-administrativas do Prefeito, de formação da lei e de manifestação sobre o veto.”* (grifei).

Assim, face tantas variantes, a apreciação técnico-jurídica da conduta de um Prefeito à luz do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67 resta sobremaneira dificultada pela circunstância de a Câmara Municipal proferir, em verdade, um julgamento de caráter eminentemente político; aliás, não por acaso tais infrações são chamadas de **político-administrativas**.

Tem se tornado comum, em processos de cassação de mandatos eletivos municipais, o desajuste das decisões cassatórias em relação aos motivos ora alegados pelos demandantes. Logo, transformando-se a Câmara Municipal em órgão julgador, será improvável afastar-se esta por seus participantes, da desincumbência que significaria uma decisão perfeitamente adequada aos fatos ensejadores do processo de cassação.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Desse modo, se vale dizer que a Câmara, constituída por mandatários políticos, muitas vezes toma decisões com influência completamente política, as quais são insuscetíveis de recurso e por tal fato, e neste caso o procedimento a ser adotado obedecerá o rito processual adequado e não sofrerá qualquer pressão popular ou política no afã de punição imediata do denunciado sem ser respeitado procedimento próprio e legal. Em se tratando de aspecto punitivo, se tem feito muitas vezes equívoco com relação aos crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas, eis que conforme a doutrina e jurisprudência do STF, os crimes de responsabilidade de prefeito, devidamente tipificados no art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67 são crimes comuns. Já as infrações político-administrativas, devidamente tipificadas no art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67, são ao ver do direito brasileiro crimes de responsabilidade, previstos em lei especial federal. Conforme já tratado anteriormente, com relação às infrações não penais, as quais são de natureza jurídica decorrentes de ilícitos político-administrativos, caberá ao Legislativo julgar e por ventura seus efeitos serão os mesmos, ou seja, a cassação de mandato eletivo e inelegibilidade do cassado.

Nessa vértice, em termos administrativos, a Câmara Municipal também é considerada poder local, diferindo-se consubstancialmente do judiciário, o qual não poderá intervir em ato político-administrativo, mesmo que tenha o compromisso de reexaminar decisão sobre cassação de mandatos eletivos municipais.

Cumprir registrar que ao Poder Judiciário cabe apenas o controle formal da legalidade dos atos de processamento, como ensina HELY LOPES MEIRELLES<sup>1</sup>:

Certo é que não cabe ao Judiciário pronunciar-se sobre cassação de mandato antes que o plenário o faça, nem lhe é permitido reexaminar o mérito da solução sob o aspecto da justiça, oportunidade ou conveniência do decidido pelos vereadores, mas poderá e deverá sempre verificar se ocorreram os pressupostos de direito e de fato que autorizam a cassação e se foram observadas as exigências legais e regimentais para a deliberação, **tais como o quorum necessário**, a oportunidade de defesa, a tramitação estabelecida para o processo e **demais cautelas que devem acompanhar a decisão da Câmara**, a ser

<sup>1</sup> *Direito Municipal Brasileiro*, 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 514.



**Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS**

**Gabinete da Presidência**

consubstanciada em decreto legislativo, quando condenatória. Se for absolutória, basta que conste da ata da sessão de julgamento o resultado da votação para o arquivamento do processo. (grifei).

No tocante ao adequado exame de provas que disponham a decidir ato final de decisão ou extinção e à semelhança entre o inquérito administrativo no qual acabe por resultar demissão de servidor público estável, o processo de cassação de mandato de Prefeito ou Vereador, ou até mesmo de sua extinção, há de se realizar de modo rigoroso, em total conformidade com a lei e atendimento do que dispõe os regimentos de cada Casa Legislativa.

Diga-se de passagem, que no âmbito municipal se deve também pautar pelos termos “legalidade” e “merecimento”, em se tratando de atos de cassação resultantes de decisões meramente políticas das edilidades, pois estas quando reúnem a maioria de votos de dois terços de seus integrantes, podem proferir o entendimento que melhor convenha a eventuais interesses e desprezando pressupostos indispensáveis à validade de seus atos, os quais podem ser definidos como: a) obediência aos aspectos formais do processo; b) enquadramento das acusações em conformidade com a lei, os quais tem a ver exclusivamente com os aspectos legais do ato em exame.

Registre-se que, a constatação técnico-jurídica da existência da infração político-administrativa possui valor relativo, na medida em que o julgamento referido nos arts. 4º e ss. do DL 201/67 é de caráter eminentemente político.

Pelo todo exposto acima, portanto, pode-se concluir que a deflagração do processo de cassação de mandato de Prefeito cabe a qualquer Vereador, ou mesmo a qualquer cidadão, mediante apresentação de denúncia ao Plenário.

De outro lado, preleciona o Regimento Interno, Resolução nº 1.252/2016, no que se refere aos períodos de recesso legislativo:

Art. 6º Cada sessão legislativa tem início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro e subdivide-se em períodos ordinários e períodos de recesso.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

§1º Os períodos ordinários da sessão plenária transcorrem de **2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro**, de cada ano.

§2º Os períodos de **recesso da sessão plenária transcorrem de 1º de janeiro a 1º de fevereiro**, de 18 de julho a 31 de julho e de 23 de dezembro a 31 de dezembro, de cada ano.

Em que pese a autonomia do Plenário aos casos omissos, art.263, do Regimento Interno, vê-se que não se aplica para fins de interrupção ou suspensão do recesso, já que esses prazos possuem previsão expressa junto ao art.6º e seus parágrafos, do Regimento Interno.

Pois bem, durante esses períodos, não se vislumbra a contagem de qualquer tipo de prazo, vejamos:

Art. 145 [...]

§ 3º A contagem dos prazos **não inicia** no período de recesso, e, caso em curso, **será suspenso**. [grifo nosso].

Nesses períodos, nas sessões realizadas o funcionamento se dá resguardada a proporcionalidade das representações partidárias, através de Comissão Representativa, portanto, sem a presença de todos os vereadores, sendo garantida apenas a palavra que edis que não forem membros:

Também é foco de análise a possibilidade da apresentação da Denúncia na Sessão Plenária pela Comissão Representativa.

Art. 75. A Comissão Representativa é constituída pela Mesa e demais vereadores para esse fim eleitos, de tal forma a alcançar, no mínimo, a maioria absoluta da Câmara, **resguardada a proporcionalidade das representações partidárias**.



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Art. 77 [...]

Parágrafo único. **Durante as sessões da Comissão Representativa os vereadores que não a integrarem terão apenas direito a palavra**, garantida a prioridade aos membros titulares. (grifei)

Diante desse contexto, submeter a denúncia à Comissão Representativa soa temerário, pois estar-se-ia excluindo os demais vereadores, que não são membros dessa Comissão da análise do pedido, o que, sem dúvida, poderá configurar violação ao objetivo da norma, que a denúncia seja submetida à participação de todos os vereadores possíveis, sendo esta a intenção. Do contrário, poderia dar azo a demandas judiciais por parte dos excluídos retardando o procedimento regimental, pois salvo interpretação distinta, o objetivo da norma é agregar, não excluir.

Em linhas gerais, nas lições de André Franco Montoro (Introdução à Ciência do Direito. 21ªed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. Págs. 373/374), assim podem ser definidos os métodos de que se serve a interpretação das normas jurídicas:

*“Interpretação gramatical ou filosófica é a que toma por base o significado das palavras da lei e sua função gramatical. Apoiando-se na gramática, contribui, muitas vezes, para o aperfeiçoamento da redação das leis. É, sem dúvida, o primeiro passo a dar na interpretação de um texto. Mas, por si só é insuficiente, porque não considera a unidade que constitui o ordenamento jurídico e sua adequação à realidade social. É necessário, por isso, colocar seus resultados em confronto com os elementos das outras espécies de interpretação”.*

***“A interpretação lógico-sistemática leva em conta o sistema em que se insere o texto e procura estabelecer a concatenação entre este e os demais elementos da própria lei, do respectivo***





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

***campo do direito ou do ordenamento jurídico legal. [...]”.***

*“A interpretação histórica baseia-se na investigação dos antecedentes da norma. Pode referir-se ao histórico do processo legislativo, desde o projeto de lei, sua justificativa ou exposição de motivos, discussão, emendas, aprovação e promulgação. [...]”.*

*“A interpretação sociológica baseia-se na adaptação do sentido da lei às realidades e necessidades locais. [...]”.* [grifo nosso]

Por isso, soa imprudente submeter a questão tão somente à Comissão Representativa, que é a que funciona durante os períodos de recesso, por total falta de atribuição expressa para tanto, o que poderia dar azo a anulação do procedimento, dada suas limitações temáticas:

Art. 78. Além de outras **próprias do processo legislativo, a Comissão Representativa tem as seguintes atribuições:**

I – convocar Secretários Municipais ou Diretores de Autarquias;

II - apreciar e votar indicações e requerimentos;

III - apreciar, emitir e votar os pareceres exarados sobre Projetos de Lei e Projetos de Resoluções. (grifei)

A questão poderia ser analisada noutro contexto se o trâmite do processo começasse antes do recesso, dada sua natureza decadencial, pois seguiria sua tramitação com a tramitação durante o recesso com a convocação de sessões extraordinárias.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Nesse sentido, é o entendimento do TJ/RS:

**EMENTA:** DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CÂMARA DE VEREADORES. MANDATO DE PREFEITO MUNICIPAL. CASSAÇÃO. **INSTAURAÇÃO DE PROCESSO PERANTE O LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRAZO DECADENCIAL DE 90 DIAS PARA A SUA CONCLUSÃO (DL 201/67, ART. 5º, VII).** IDÊNTICA PREVISÃO CONTIDA NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES (ART. 208, XVII E XVIII), COM A CONSEQUÊNCIA DE ARQUIVAMENTO. PRAZO DECADENCIAL, HIPÓTESE QUE NÃO SE SUSPENDE TAMPOUCO SE INTERROMPE. RECESSO LEGISLATIVO, FLUÊNCIA DO PRAZO, POR SUA NATUREZA, **ESTABELECIDO PARA A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO.** DEVER DA CÂMARA DE VEREADORES, **COM A SUPERVENIÊNCIA DO RECESSO**, DE PROCEDER A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEUS MEMBROS PARA EFEITO DO JULGAMENTO, COM PRAZO CERTO PARA O TÉRMINO DO PROCESSO. ATO ILEGAL, VIOLADOR DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA QUE SE IMPÕE CONCEDIDA. RECURSO PROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70004929931, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos, Julgado em: 12-12-2002) .grifei).

Todavia, *in casu*, a questão é totalmente diversa, pois a denúncia foi protocolada durante o recesso, em data de 09.01.2020, sob o protocolo 058/2020, o que não obriga a convocação de Sessão Extraordinária para o recebimento da denúncia e o seu prosseguimento.

Oportuno ressaltar a impossibilidade de cindir-se o procedimento, já que, por previsão expressa junto ao Decreto-Lei nº 201/67, a leitura da denúncia e a consulta sobre seu recebimento devem ser na mesma sessão:

Art. 5º [...]

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, **na primeira sessão**, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, **na mesma sessão** será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator. (Grifei).



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Nesse sentido, o magistério de José Nilo de Castro (Direito Municipal Positivo. Del Rey Editora. 2010. pág. 548): “Em matéria de defesa, pois, deve-se observar rigorosamente o formalismo do Decreto-lei nº 201/67 e o art. 5º, LIV e LV, CR. Assim, por exemplo, se, quando do recebimento da denúncia pela Câmara Municipal, não se constituir, por omissão do Presidente da Edilidade ou por outro motivo, a Comissão processante, na mesma sessão, não se poderá constituir outra. Deve-se repetir os atos, prejudicados ou já operados, pois que não houve a complementação dos subseqüentes, relendo a denúncia e consultando de novo o Plenário da Câmara sobre o recebimento ou não da acusação.”

Também não se denota qualquer prejuízo à tramitação da denúncia, pois o prazo decadencial de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos inicia-se **com a contar da data em que se efetivar a notificação do acusado**, conforme previsão expressa junto ao Decreto-Lei nº 201/67:

Art. 5º [...]

**VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.** Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos. (grifei).

Nessa linha, julgado exarado pelo TJ/RS:

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DE CASSAÇÃO DE PREFEITO. DECADÊNCIA. A ausência de conclusão do processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara de Vereadores no **prazo decadencial de 90 (noventa) dias a contar da notificação** daquele importa arquivamento do processo, em conformidade com o art. 5º, inc. VII, do Decreto-Lei nº 201/67. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (Reexame Necessário, Nº 70076048701, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em: 28-03-2018) (grifei).

Questão importante, caso ocorra o recebimento da denúncia, é a proporcionalidade partidária na formação da Comissão Processante.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Em que pese a omissão legislativa junto ao Decreto-Lei nº 201/67, há que se aplicarem as fontes jurídicas subsidiárias, tal como a Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. (grifei)

Nessa linha, são os julgados que se colacionam, originados do TJ/RS:

a-. **EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CASSAÇÃO DE MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL. ESCOLHA DOS MEMBROS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 5º, INCISOS II E III DO DECRETO-LEI Nº 201/67. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA PELA CÂMARA LEGISLATIVA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DO PROSSEGUIMENTO DOS TRABALHOS DA CPI Nº 001/2015. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento, Nº 70065623209, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Matilde Chabar Maia, Julgado em: 03-09-2015). (grifei).

b-. **EMENTA:** APELAÇÕES CÍVEIS. REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CASSAÇÃO DE MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL. ESCOLHA DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE. ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 71 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS VEREADORES. 1. Prefacial de perda do objeto rejeitada, tendo em vista que o objeto da ação que pretendia a suspensão dos trabalhos da Comissão face à inobservância do critério da proporcionalidade foi alcançado com o provimento liminar, o qual posteriormente foi confirmado na sentença. 2. Inobservância do critério da proporcionalidade partidária previsto no art. 58 da Constituição Federal, c/c art. 71 do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Hulha Negra. 3. Declaração de nulidade dos atos praticados no período de vigência da decisão liminar que determinou a suspensão dos trabalhos da





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Comissão Processante. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE IMPETRADA E DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE IMPETRANTE, CONFIRMANDO A SENTENÇA, NO MAIS, EM REEXAME NECESSÁRIO.(Apelação e Reexame Necessário, Nº 70069530145, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Matilde Chabar Maia, Julgado em: 04-08-2016). (grifei).

Considerando ainda, a reiteração e aditamento do presente pedido, datado de 15.01.2020, sob o protocolo sob nº 82 instruído com 11 folhas, a resposta é cingida no presente parecer, pelas mesmas razões e fundamentos.

Diante de todo o exposto, considerando que esta casa se encontra em período de Recesso Parlamentar, ainda que se convoque uma Sessão Extraordinária não se teria como garantir a presença dos parlamentares em exercício para votação e o quórum mínimo exigido para dar-se prosseguimento aos trabalhos.

No entanto, ocorre que por legalidade do ato administrativo, a cassação pela parte da Câmara de Vereadores é um ato político-administrativo, se subentendendo que não somente a competência para a prática do ato e suas determinações legais, mas também os seus requisitos substanciais, bem como seus motivos e os pressupostos de direito e de fato, pois é ilegal o ato que emane de autoridade incompetente ou que não o faça em conformidade com a lei ou até mesmo por se basear em certo fato, o qual se daria lugar a um ato diverso do qual foi praticado.

Diante disso, para que não ocorra prejuízo procedimental quanto a tramitação da presente denuncia e nem mesmo seja objeto de arguição de futura nulidade, *s.m.j*, a mesma **deverá ser apresentada na primeira sessão após a término do recesso legislativo, pois certo que existirá o quórum exigido para o recebimento e votação da denuncia**. Até porque nenhum prejuízo acarretará com a apresentação da denuncia após o termino do recesso, onde será seguido o rito procedimental e legal, com a posterior possibilidade da ampla defesa e contraditório após a intimação do acusado, tendo o seu curso normal no prazo de 90 (noventa), dias.

Aliás, sempre lembrando de ver-se atendido e respeitado os princípios basilares da Administração Pública, legalidade, moralidade e impessoalidade.





Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Gabinete da Presidência

Registre-se, por fim, que o presente parecer tem caráter opinativo, não vinculando o administrador em sua decisão, sendo ato discricionário<sup>1</sup> do presidente do Poder Legislativo.

Nesse sentido a Doutrina define o ato Discricionário, *in verbis*:

José Cretella Júnior define o poder discricionário como aquele que permite que o agente se oriente livremente com base no binômio conveniência-oportunidade, percorrendo também livremente o terreno demarcado pela legalidade. O agente seleciona o modo mais adequado de agir tendendo apenas ao elemento fim.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello a discricionariedade não é um poder atribuído em abstrato, mas um modo de disciplinar juridicamente a atividade administrativa. O autor define a discricionariedade como “a margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica, diante do caso concreto, segundo critérios subjetivos próprios, a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal”. Em resumo, é a liberdade circunscrita pela lei. E a lei pode deixar margem de liberdade quanto ao momento da prática, à forma, ao motivo, à finalidade e ao conteúdo.

Marçal Justen Filho define a discricionariedade como um “dever-poder de decidir segundo a avaliação da melhor solução para o caso concreto”. Este dever-poder, portanto, não pode ser identificado nem como uma liberdade, nem como uma faculdade a ser exercida segundo juízo de conveniência pessoal. Para o autor “é da essência da discricionariedade que a autoridade administrativa formule a melhor solução possível, adote a disciplina jurídica mais satisfatória e conveniente ao poder público”.



**Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS**

**Gabinete da Presidência**

Nesse sentido, por todo o exposto, deverá o presente ser submetido ao crivo do Presidente desta Casa Legislativa.

Santana do Livramento/RS, 23 de janeiro de 2020.

  
Paulo Roberto Oliveira Borges,  
Assessor Jurídico Matrícula nº 2754959  
OAB RS 53457



Diante das razões e fundamentos apresentados, acolho na íntegra o Parecer Jurídico para que a Denúncia seja apresentada e lida na primeira Sessão após o recesso Legislativo, nos termos do art.5º do Decreto Federal 201/67, dando-se o devido prosseguimento regimental.

23.01.2020.

  
Romário Augusto Paz